



Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1.980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 128.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 OUTUBRO DE 1.980.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Basílio Zanusso, Tércio Albuquerque, Palácios, Airtton Cordeiro, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, David Federmann, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Juradir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Valduga, Túlio Zanchet, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nelson Buffara, Lineu Turra, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Romero Filho, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi e Gilberto Agibert Filho (57); achando-se ausente o Sr. Deputado Fuad Nacli (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Educação, enfatizando a necessidade da execução de reforma do prédio escolar na localidade de "Amora Preta", no Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1980.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Aproximadamente sessenta crianças estão expostas ao perigo de desabamento do Grupo Escolar do bairro Amora Preta, em Ibaiti.

Diversas denúncias, nesse sentido, foram encaminhadas às instituições responsáveis, sem no entanto, terem provocado qualquer providência.

Há anos atrás, o Governo criou a EMOPAR, justamente para gerir o setor de conservação dos próprios estaduais.

A comunidade servida pelo estabelecimento escolar em questão, aguarda a ação desse órgão, para evitar funestas consequências.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Considerando que recentemente o Governo Federal, por proposta do Ministério da Previdência e Assistência Social, encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei visando, dentre outras providências, modificar o Parágrafo Único do Artigo 57, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) proibindo, em relação a previdência social urbana, a percepção conjunta de aposentadoria "de qualquer natureza" com "outra aposentadoria";

Considerando que a surpreendente medida preconizada no referido projeto de lei, se aplicada nos seus termos, daria margem ao ferimento dos legítimos direitos dos participantes de planos de aposentadoria, oferecidos por órgãos da previdência social urbana (regidos pela mencionada Lei 3.807) conjuntamente com os de outras entidades públicas ou privadas;

Considerando, finalmente, que tal interpretação poderá ser evitada por emenda do Poder Legislativo - talvez mantendo a redação do atual parágrafo único do Artigo 57 - de modo a assegurar os benefícios de diferentes instituições previdenciárias àqueles que às mesmas contribuem mensalmente, muitas vezes com sacrifícios, para garantir razoável padrão de vida, após longos anos de trabalho;

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e aos dignos representantes do Paraná nas referidas Casas de Leis, manifestando a solidariedade desta Assembléia Legislativa na ação reparadora que vier a ser, oportunamente, exercida pelos eminentes legisladores no enfocado projeto.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna na manhã de hoje para ler uma denúncia do Comitê de Defesa da Amazônia e do Meio Ambiente de Curitiba e Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba.

É a seguinte a denúncia: (Lê):

"O Jornal 'Folha de São Paulo', em sua edição de 23 de outubro de 1980, publicou dois textos diferentes - um como editorial, outro em forma de notícia - que, por dizerem respeito ao mesmo assunto, e sobretudo por abordarem questão de extrema gravidade, merecem uma reprodução, ainda que sintetizada. O título do editorial, publicado na página 2, é 'O Novo Golpe da Jari'. O da reportagem, na 26, é 'Deputado Acusa Doação da Jari ao Governo Suíço'. Vê-se, portanto, que o tema de ambas as matérias é o vasto, cada vez mais revoltante projeto de colonização tocado pelo larifundiário internacional Daniel K. Ludwig, pistoleiro de aluguel sustentado pelo dinheiro americano, cuja meta, ninguém desconhece, é transformar o mundo, particularmente os milhões de hectares da Amazônia que incorporou a seu patrimônio, em lotes de terra independentes da soberania dos territórios onde se instalou

"O novo golpe da Jari" diz:

"O relacionamento entre o Brasil e os EUA enfrentará, em futuro próximo, uma fase bastante delicada, semelhante à que atravessamos por ocasião da assinatura do acordo nuclear. Desta vez, o pomo da discórdia será o Projeto Jari, cujo proprietário, Daniel Ludwing, está exigindo de nosso Governo rendição incondicional a seus interesses. E fontes altamente qualificadas da Embaixada Americana já informaram que a disputa será acrescida da participação de Washington, que entrará nela de rijo, caso Ludwing não seja atendido. Que quer Ludwing? Suas pretensões foram expostas em carta dirigida ao chefe do Gabinete Civil, que errou duplamente ao recebê-la. Como autoridade, deveria ter devolvido o documento ao signatário, por causa da insolência de seus termos. Como brasileiro, a devolução se faria por asco. A Jari apropriou-se de mais de 1.000.000 (um milhão) de hectares além do que, efetivamente, comprou. Agora, Ludwing exige o arrendamento perpétuo das áreas que classifica como em litígio. Mas isso é pouco. Ele pretende plena liberdade de ação dentro do que chama de fronteiras naturais do Jari, que passa à condição de território independente. Os sindicatos de trabalhadores não poderiam atuar lá, a ordem seria estabelecida por seus empregados, e daí por diante, Ludwing ordena que o Governo brasileiro lhe forneça energia e se incumba dos serviços públicos. Na impossibilidade de ser atendido, ele insinua a alternativa de passar o abacaxi para terceiros, deixando claro que inclui, entre esses terceiros, o nosso Governo - que seria chamado a comprar o que Ludwing quiser vender, pelo preço que o velho estipular. Sozinho, Ludwing não poderia impor coisa nenhuma. Mas, como o Governo americano poderá estar a seu lado, pretende impor."

"Deputado acusa a doação da Jari ao Governo Suíço" diz:

"O Deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ) afirmou, ontem, ao regressar da Suíça, que a doação do Projeto Jari ao Instituto e Fundação Ludwing de Combate ao Câncer, com sede em Zurich, tem dois objetivos: obter respaldo político e diplomático do Governo suíço e se livrar do pagamento de impostos naquele país. Disse que o povo e os políticos suíços estão preocupados com as consequências do milionário norte-americano ter-se envolvido também com o Brasil. Afirmou que Ludwing tenta ligar o Governo suíço a todos os seus empreendimentos, muitas vezes sujos e duvidosos, com o que obtém apoio político e econômico, sendo este o motivo pelo qual doou parte das ações da Fundação e Instituto Ludwing ao Governo da Suíça. Afirmou o oposicionista que a preocupação dos suíços se justifica pelo fato de que o relacionamento de Ludwing com o Governo é totalmente secreto, assim como a maioria de seus negócios."

Estes dois textos da "Folha de São Paulo" dão bem uma dimensão do caráter expansionista, expropriador e violento dos projetos do Sr. Ludwing, às vésperas de envolver o Brasil num novo rolo compressor, com base nos Estados Unidos, visando tornar a formidável área de que se apossou na Amazônia num território independente, e o planeta Terra, se possível, numa capitania hereditária manipulada pelo sistema econômico e de exploração que controla, como conhecido corrupto, achacador e agente da ideologia imperialista que é.

É preciso, portanto, que todos os brasileiros, sem exceção, se manifestem, agora, no sentido de não permitir essa violência contra nossa soberania, tantas vezes ameaçada por especuladores como Ludwing - principalmente porque, como indica o editorial da "Folha", ele não hesitará nem mesmo em recorrer aos sempre eficientes mecanismos de pressão, via Washington, de que a lógica capitalista se socorre para proteger seus interesses.

O Governo do Brasil, que permitiu, de forma entreguista e silenciosa, o expansionismo do Projeto Jari, tem obrigação

de garantir a soberania nacional e manter o território que nos pertence intacto, livre dos interesses sempre "sujos e duvidosos" de um homem, como Ludwing, que pretende, no final das contas, dominar ou arrendar este chão que é nosso e, por ser brasileiro, só a nós pertence. É indispensável que, neste caso, todos se compenetrem de que a aventura colonialista e colonizadora de Ludwing chegou a seu ponto de saturação - e que ceder, por menor que seja o espaço, deve significar uma capitulação, que não conseguiremos assimilar como povo e, sobretudo, como país. Uma bofetada que não somos obrigados a receber.

O Comitê de Defesa da Amazônia e do Meio Ambiente de Curitiba - CDAMA, e o Comitê Brasileiro pela Anistia - Curitiba, agradecem a divulgação deste documento."

É necessário que o Governo Federal encampe urgente o Projeto Jari e passe ao patrimônio nacional, expulsando de vez este explorador de nosso patrimônio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através de noticiário da imprensa nacional, tomamos conhecimento do envio pelo Governo Federal de um projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a alteração de dispositivos da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960 - Lei Orgânica da Previdência Social.

Dentre as modificações pretende-se uma nova redação para o Parágrafo Único do Artigo 57 que atualmente diz: É lícita a acumulação de benefícios, não sendo, porém, permitida ao segurado a percepção conjunta pela mesma instituição de Previdência Social.

- a)- de auxílio doença e aposentadoria;
- b)- de aposentadoria de qualquer natureza";

Em vez de restrição "a percepção conjunta pela mesma instituição da previdência social", o Parágrafo Primeiro que viria substituir o diploma a que nos referimos, torna ampla a proibição ao prever que em relação aos benefícios que trata a previdência social urbana: "Não será permitida a percepção conjunta de auxílios natalidade, quando o pai e a mãe forem segurados, bem como de aposentadoria de qualquer natureza com:

- a)- outra aposentadoria;"

Em linha de raciocínio, o servidor que ocupa funções diversificadas, relacionadas com diferentes órgãos de previdência social e para os quais, obrigatoriamente, contribui, geralmente até de bom grado, - esperançoso de no final da vida, quando suas forças já estiverem esvaídas pelo desgaste no trabalho, - a soma das aposentadorias decorrentes traga-lhe uma condição monetária mais razoável, favorecendo sua manutenção, estaria sendo iludido.

Neste mesmo sentido há a considerar também que muitos, compulsoriamente segurados pelo sistema público e, legitimamente, aspirando continuidade de vida condizente na velhice, passam a contribuir voluntariamente a planos previdenciários particulares, levando muitas vezes uma vida de privações contínuas para conseguir manter a idéia de aposentadoria também por essas entidades.

De que valeria a somatória de tanto sacrifício quando no final o restante de benefícios seria mínimo?

Se concretizada a mudança do texto legal e sua obrigatoriedade aplicação, grande parte deste tipo de poupança serviria apenas para a manutenção de estruturas e não para alcançar o maior objetivo proposto pelos próprios órgãos previdenciários e aposentadoria.

Politicamente falando, sabe-se que a cada dever contrapõe-se um privilégio.

O dever de contribuir é sentido em cada caso particular,

porém, os privilégios para quem estão sendo direcionados?

Assim para registrar a nossa preocupação e salvar os direitos de muitos cidadãos paranaenses que aqui representamos, apresento à consideração dos nobres Pares um requerimento que tem como escopo o encaminhamento de expedientes aos Presidentes do Senado Federal e das Câmaras dos Deputados e aos dignos representantes do Paraná nas referidas Casas de Leis, manifestando a solidariedade desta Assembléia Legislativa na ação reparadora que vier a ser oportunamente exercida pelos eminentes legisladores no enfocado projeto.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O assunto que nos traz à tribuna na manhã de hoje, é o seguinte: (Lê):

“Trata-se de um fato por demais aflitivo para os trabalhadores rurais do Município de UBIRATÃ que plantaram feijão, em decorrência da geada do mês de setembro.

Não bastasse a geada, os agentes do Programa de Garantia da Atividade de Agropecuária não aceitam o ressarcimento pelo PROAGRO dos prejuízos, em virtude das cédulas ou notas rurais não estarem, ainda, naquela ocasião, devidamente assinadas.

Contudo, a culpa não cabe, de forma alguma, aos lavradores, vez que todos já tinham encaminhado suas propostas de financiamento aos Agentes Financeiros.

Ocorre que o tempo de plantio de feijão é bastante curto. Não poderiam, pois, os produtores, ficar no aguardo dos trâmites, burocráticos da autorização e confecção do instrumento de crédito, para, somente após a assinatura, lançar as sementes ao solo, quando seria por demais tardio e prejudicial à cultura de feijão.

Destarte, não é justo que respondam sozinhos pela ocorrência prejudicial do fenômeno e pela morosidade na concessão do financiamento.

Adiantamos que foram encaminhadas 165 propostas de financiamento para feijão à Agência do Banco do Brasil S.A., de Ubatuba, diretamente ou através de crédito de repasse, correspondendo a uma área aproximada de 1.300 ha, equivalente à média de 7,26 ha para cada proposta.

Ressaltamos, ainda, tratar-se de mini-produtores, o que não é surpresa, porque a cultura de feijão está afeta a esses lavradores. Em se tratando de mini-produtores, mais fácil torna-se concluir quão intensos são os danos, vez que não possuem eles capacidade econômica suficiente para recuperação.

Urge que uma voz mais alta se faça ouvir neste momento crucial, a fim de que o PROAGRO se sensibilize e assuma a responsabilidade pelo pagamento de sua parte, numa atitude mais que justa, considerando o fato de o Banco ter recebido as propostas em data anterior à geada.”

Nestas condições, Srs. Deputados, com esta justificativa, apresentamos então, na manhã de hoje, um requerimento do seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado o especial e valioso empenho dos Excelentíssimos Senhores Ney Braga, Governador do Paraná e Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura, junto aos Excelentíssimos Senhores Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda e Ministro da Agricultura, Presidente do Banco Central, Presidente do Banco do Brasil e Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, no sentido de que o PROAGRO proceda ao ressarcimento dos

prejuízos advindos com a quebra do feijão no Município de UBIRATÃ, àqueles lavradores que já haviam encaminhado suas propostas de financiamento em data anterior à geada que acarretou os prejuízos.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Nos últimos dias o Governo festejou a implantação do sistema “roll-on/roll-off ou apenas “ro-ro”, como diz a propaganda oficial. É o sistema integrado rodoviário, em que a carga transportada é deixada no navio na própria carreta do caminhão. No porto de desembarque outro caminhão engata a carreta e o entrega no destino final. Há muito utilizado nos países desenvolvidos da Europa, esta novidade nos é apresentada como uma das soluções ideais para a economia de combustíveis. Dizem os técnicos que o sistema vai retirar das estradas 3.912 viagens de caminhões por ano entre as regiões mais distantes do País. Economizará nove e meio milhões de litros de diesel, permitindo uma redução na importação de petróleo de cento e quarenta e sete mil barris por ano.

Estes dados são corretos. Mas revelam apenas um aspecto da verdade. Festeja o Governo a utilização de um sistema sofisticado que realmente reduz o consumo interno de combustível além de outras vantagens com o preço final dos fretes e a utilização reduzida das rodovias. Não há grande novidade nisso tudo. Todos sabem que um transporte de cabotagem poderia significar uma grande economia de divisas para o País. Ele foi desativado há muito tempo para favorecer as indústrias estrangeiras. Foi o capital monopolista estrangeiro que impôs a irracionalidade de um sistema de transportes nacional baseado na rodovia, no uso de caminhões, de combustível que hoje pesa na balança de pagamentos. Foram os governos comprometidos com o imperialismo que desativaram todos os projetos ferroviários, os projetos de utilização de hidrovias e da própria utilização da navegação costeira. Soluções racionais que foram abandonadas em favor das multinacionais, que aqui se instalaram para explorar nossas riquezas e nosso povo.

Vem o Governo com a novidade que não é novidade. Demagogicamente apresenta a solução que ainda não é a melhor, pois privilegia um sistema integrado de transporte que continua dependente do transporte rodoviário, quando sabemos que o País precisa exatamente substituí-lo pelas ferrovias, hidrovias e pela navegação costeira que, em nosso País, já teve um papel bastante importante.

Esquece o Governo de apresentar em seus anúncios publicitários outras consequências da implantação deste sistema específico: o “ro-ro”. Entre eles, o desemprego em massa de milhares de trabalhadores do porto, que agora são desnecessários, para manusear as cargas. Só em Paranaguá, há seis mil portuários que vêem a cada dia o seu mercado de trabalho reduzido. Porque este Governo sempre aplica as soluções que mais interessam àquele que representa: o capital monopolista estrangeiro e nacional. E nunca a solução que interessa à maioria dos brasileiros. Um Governo anti-popular, antidemocrático e antinacional não poderia agir de outra forma. E de nada adianta a mistificação publicitária que compra a omissão e a conivência. Vai ficando claro, cada vez mais, que é impossível capitalizar os interesses dos brasileiros com o regime. O progresso que interessa à Nação com o interesse das multinacionais. São incompatíveis as soluções deste tipo com a necessidade de elevar a qualidade de vida do povo.

É por isso, Srs. Deputados, que começamos a viver a época dos palácios sitiados pela massa insatisfeita, em que o Governo se obriga a armar uma barreira de policiais e se esconde atrás dos cães para evitar o confronto com a verdade de quem carrega o ônus desta crise, cuja única responsabilidade deve ser atribuída aos governantes que impuseram sua vontade pela força das armas e do arbítrio.

No ano passado foram os peões da construção civil, na semana passada os professores, amanhã serão os portuários a sitiarem o Palácio. Um dia, se não atendidos seus apelos e interesses, serão todos os explorados desta terra a exigir soluções que realmente atendam suas aspirações. E de nada servirão os discursos elaborados pelos tecnocratas para desmentir aquilo que o povo sente no estômago e vai se transformando em consciência da necessidade de mudanças."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A criminalidade crescente é hoje uma preocupação de todo o País. Diariamente as páginas de jornais estão tomadas por manchetes mostrando a violência das ruas. Crimes, roubos, homicídios estão acontecendo a todo o instante. Muitos já se questionaram a respeito de uma solução para a escalada da violência, mas até o momento ainda não se chegou a uma conclusão.

Um grupo de sociólogos e juristas encaminhou, há vários meses, uma série de sugestões ao Ministério da Justiça, mas até o momento nada foi feito a nível nacional para acabar com a violência.

Embora não sendo especialista no assunto, acredito que o crime se origina a partir do momento em que o indivíduo não consegue um emprego. Trabalhar é, sem dúvida, o grande atenuante da criminalidade. Por isso, estamos hoje nesta tribuna para destacar o trabalho que vem sendo realizado dentro do sistema penitenciário do Estado.

Todos sabemos que nossas prisões estão cheias e isso gera uma série de consequências nefastas para a vida dos internos. Enquanto não se soluciona a questão da superpopulação, o sistema penitenciário estadual vem procurando dar uma profissão ao presidiário, através da realização de cursos internos.

Somente no primeiro semestre deste ano, 319 presos foram profissionalizados. Oito diferentes cursos foram ministrados para os detentos, possibilitando que estes, ao deixarem as penitenciárias, se transformem em padeiros, pintores de parede, mecânicos, ladrilheiros, tapeceiros, costureiras e encanadores.

Assim, a partir do momento que conseguir a sua liberdade, o detento terá uma ocupação digna e produtiva, porque, infelizmente, a sociedade não só paranaense mas brasileira, ainda não aceita o ex-presidiário. Basta que este mostre sua ficha corrida para que o emprego lhe seja negado. E o resultado deste "não" é a reincidência, a volta ao caminho do crime.

Ressalte-se ainda o trabalho de alfabetização que vem realizando o sistema penitenciário. No primeiro semestre deste ano, cerca de 38 alunos freqüentaram as aulas de alfabetização todos os meses.

É assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esperamos que o problema da criminalidade possa ser solucionado. Com um emprego e a alfabetização. Porque, ao sair da prisão, o ex-detento continua sendo um marginal. Só que não um marginal da justiça, mas um marginal da sociedade."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário das

Lideranças, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente lhe é reservado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Erondy Silvério — Pela ordem. Eu peço escusas ao nobre orador que se encontra na tribuna, entretanto, se Vossa Excelência permitir, por um lamentável equívoco da Liderança, nós gostaríamos que após o horário da Liderança do PMDB, fosse reconsiderada a posição da Mesa e concedida a palavra no horário da Liderança do PDS, ao nobre Deputado Nelson Buffara, que me havia solicitado antes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa vai deferir o pedido do nobre Líder, mas é um precedente que vai ser aberto nesta Casa.

O Sr. Erondy Silvério — Então eu declino do pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Nesta sexta-feira fria eu tenho que parar e pensar, pensar no futuro de nosso Estado, pensar no futuro de nossos filhos. Tenho que parar e pensar o que ocorrerá daqui para diante.

Sei que ainda sou um dos privilegiados, pois o povo nos reservou esta tribuna, onde posso, por enquanto expor meus pensamentos, daí assumir a mesma para transmitir uma mensagem, mensagem esta para ficar nos "Anais desta Casa", sem as agressividades que assistimos na última terça-feira de frente o Palácio Iguaçu.

Esta mensagem se destina ao professor que foi vilipendiado em seus direitos os quais são inalienáveis, a você mestre que educa, mas sofre as agruras da deseducação, a você professor que reivindica, mas que não encontra o caminho para a solução de seus angustiantes problemas, a você que informa, mas que não te ouvem, a você que ensina, mas que fica a espera de salários que não vêm, a você que não esmorece na caminhada mas que lhes turvam o caminho, a você que luta, mas não tem armas, a você que enfim enfrentou a covardia banal da segurança que te cercou, e que te cerceou a própria liberdade.

Sinto-me pequeno por tudo isso, pois aprendi com o professor que democracia se inicia com o diálogo franco e honesto, com manifestações pacíficas, entretanto assisti e vi que aquilo que aprendi em nosso Estado não é verdadeiro, pois aqui o diálogo e as manifestações pacíficas se reprime com a presença de policiais, com cassetetes, com bombas, com cães, enfim com o maior aparato policial que já pude ver nos últimos tempos.

Não vou falar aqui dos baixos salários, pois quando eu terminar de falar ele já estará mais baixo, pois em nosso País a inflação é tão grande que já não é mais anual, nem mensal, nem diária, ela é momentânea, e quando acabamos de falar nela o dinheiro já está mais desvalorizado.

Vou falar ao professor nesta manhã, para parabenizá-lo pelo seu espírito de luta, pela sua coragem, pelo seu despreendimento, mas também pela sua grandeza de saber lutar pelos seus direitos, mesmo que seja contra as baionetas, contra as bombas e contra os cães, a tua união, levará fatalmente à vitória, vitória esta que espera todos os trabalhadores brasileiro, por melhores dias, por melhores condições de vida."

Concedo o aparte ao Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Perdoe-me Deputado Darcy Deitos, pela afoiteza com que pedi o aparte, mas me chamou a

atenção, o fato de que Vossa Excelência principiou o seu pronunciamento, chamando a Casa à reflexão ao fazer uma própria reflexão e uma chamada para pensar nesta sexta-feira, como Vossa Excelência diz, fria.

Entretanto se a chamada é para reflexão, é para pensar, me parece que também chegou em termos de Brasil e parceladamente a nível de Paraná o momento de a sociedade civil passar a refletir seriamente sobre a grande crise nacional, sobre a grande questão nacional, e dentro dela sobre a questão da educação. Parece-me também que este movimento reivindicatório, movimento de educação e justiça, ele não pode ser abordado isoladamente do contexto nacional. Porque no momento em que as autoridades constituídas saem a público numa verdadeira avalanche de massacres pelos órgãos de publicação, dando a entender à opinião pública que tudo fizeram dentro dos limites orçamentários para atender a essas reivindicações que eles antecipadamente reconhecem como justas, ficam alguns pontos que o parlamentar e todo homem interessado na coisa pública deve tirar também como consequência prática, tanto na definição de objetivos permanentes como na definição de objetivos imediatos.

Veja por exemplo que, a alegação dos homens de Governo é no sentido de que a estrutura atual não permite maiores recursos à educação e não permite maiores recursos à remuneração da mão-de-obra especializada que está na educação.

Entretanto se Vossa Excelência atentar para um fato que vem se tornando rotineiro tanto a nível federal, como a nível estadual, vamos chegar à conclusão que exatamente os setores mais produtivos e mais rentáveis da atividade pública passam a entrar no setor de exploração de serviços via administração indireta, regendo-se pelas leis trabalhistas, pelas leis de sociedade anônima, criando então dentro da própria estrutura dois tipos de servidores.

Aquele servidor muito bem remunerado, não digamos muito bem remunerado mas ao menos justamente remunerado dentro de um processo normal de participação dos índices de produção, que são os servidores regidos pelas leis de S.A. trabalhando nas companhias de economia mista, e a carne de peçoço acaba ficando com o Estado que é a manutenção dos servidores públicos mais imediatos como saúde, educação, etc., onde esta mão-de-obra especializada não tem conseqüentemente condição de ampliar o seu mercado de trabalho.

Ora, se as próprias autoridades reconhecem que a estrutura é a grande responsável por esta crise que aí está, se elas de antemão reconhecem a correção e a justeza das reivindicações dos professores e tanto reconhecem que em momento algum as autoridades constituídas saíram a público com qualquer tipo de ameaça em termos de processo, demissão, de computação de faltas ou coisa semelhante, porque reconhecem.

Mas alegam de outro lado que estruturalmente não existem recursos para atender, me parece que esse seria o momento oportuno para se ter uma parada de reflexão, de meditação para se mudar esta estrutura.

Porque se Vossa Excelência compulsar como Vossa Excelência tem compulsado constantemente os dados orçamentários do Estado, vamos observar todos, que existe realmente uma quebra da hierarquia normal de valores dentro do trato que o Estado dá à educação no Paraná. Se existe uma estrutura legal que o ensino do terceiro grau, o ensino superior é competência da União, ou da iniciativa privada, Vossa Excelência vai observar no Paraná que entretanto isso não acontece. O Paraná destina hum bilhão e meio de cruzeiros para o ensino do terceiro grau, competência da União e da empresa privada.

Se o segundo grau é competência do Estado, paradoxalmente ele aplica apenas hum bilhão e trezentos milhões de cruzeiros para a área de sua estreita competência e o Paraná arca com trinta por cento de todas as Universidades Estaduais

do Brasil, além de cerca de 16 ou 17 unidades isoladas de ensino superior.

Já no segundo núcleo do primeiro grau, o antigo ginásio, competência também do Estado, vê Vossa Excelência que o Estado abre mão desta competência ao permitir a proliferação de verdadeiras indústrias educacionais na forma de supletivas e escolas particulares, e descarrega sobre os ombros municipais uma carga violenta que representa o primeiro núcleo do primeiro grau. Aí a disparidade vai se tornar tão grande, tão violenta, que cria absurdos dentro do próprio Estado, às vezes dentro da própria micro-região. Parece-me que na própria região de Vossa Excelência, Campo Mourão, deve haver uma disparidade gritante entre as condições educacionais do sistema municipal de ensino de Campo Mourão e de Janiópolis, Mamborê, por exemplo.

O SR. DARCY DEITOS — Indiscutivelmente.

O Sr. Renato Bernardi — Dá aos municípios uma carga que eles também não conseguem suportar dentro da atual estrutura tributária. Veja que já em 1969 a Secretaria da Educação Municipal de Maringá, na época dirigida por mim, apresentava ao Estado uma proposta que poderia conciliar estas necessidades geográficas diferentes, dando-se a seguinte atribuição, que a rede de ensino primário, hoje de primeiro bloco do primeiro grau, localizada nos centros urbanos, ficasse por responsabilidade do Governo municipal e que a rede escolar distribuída na área rural ficasse por conta do Estado. E Vossa Excelência há de entender esta colocação, como todos os Deputados haverão de entender, porque uma cidade do porte de Londrina, por exemplo, que tem um sítio urbano com cerca de 350.000 habitantes hoje, tem conseqüentemente um fluxo de arrecadação correspondente a este sítio urbano. Tem entretanto uma zona rural com as mesmas necessidades, as mesmas peculiaridades que por exemplo Cambé, Iporã, Bela Vista do Paraíso. O caso de Maringá que tem uma zona rural do mesmo porte, o mesmo nível, que o Município de Marialva, entretanto, naquela oportunidade, o orçamento da Secretaria Municipal de Educação de Maringá era cerca de dez por cento superior ao orçamento global do Município de Marialva.

Veja bem, se a rede rural cabia por competência de distribuição à atribuição municipal, Maringá destinava, apenas para esta rede educacional, dez por cento a mais do que todo o orçamento do Município de Marialva, que tinha a mesma dimensão geográfica, o mesmo tipo de paisagem econômica e, portanto, o mesmo nível de habitantes.

Entretanto, se já em 1969 houve esta preocupação, as autoridades estaduais pura e simplesmente ignoraram esta colocação e é claro, quando a Oposição vem com soluções concretas, mas que não interessam ao autoritarismo vigente instalado e que pretende, através destas estruturas, manter também a sua estrutura de poder, as crises acontecem. Ora, mas se a advertência é que as crises ocorrerão, normalmente o autoritarismo não tem a capacidade, a condição, de enxergar a médio e a longo prazo. E aí está o resultado, nobre Deputado.

Hoje Vossa Excelência convida a Casa à reflexão e à meditação e eu me incorporo ao pronunciamento de Vossa Excelência para nestas rápidas pinceladas, mostrando estas impropriedades que existem no modelo educacional brasileiro, na realidade tributária brasileira, na distribuição destes recursos entre a União, Estados e Municípios, esta verdadeira penúria em que vivem os municípios, esta dependência que têm os Estados em relação ao Governo Central, é hora também de todos nós refletirmos e exigirmos uma reforma geral de estruturas, para que estas crises que hoje são episódicas, mas são frutos e efeitos de uma grande crise institucionalizada no País, estas crises não perdurem e possam ter uma solução.

Que tipo de solução?

Não será um piso salarial de dois salários mínimos, dois e meio, três salários, que irá resolver isto. Não será quinze por cen-

to a mais ou quinze por cento a menos de remuneração. Parece-me que seria a hora deste Governo autoritário resolver, finalmente, fazer efetivamente uma reforma geral no modelo educacional brasileiro, acompanhada também de recursos orçamentários devidamente encaminhados para o setor.

Perdoe-me Vossa Excelência pela extensão do aparte.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço, Sr. Presidente.

Eminente Deputado Renato Bernardi, incorporo essas suas colocações ao meu modesto pronunciamento. Porque, sem dúvida alguma, Vossa Excelência colocou muito bem.

O modelo econômico, o modelo de Governo implantado com o autoritarismo, em 1964, deu no que deu hoje.

Veja Vossa Excelência, que é difícil para o leigo, para o homem, principalmente aqui do Paraná, entender como é que se investe um bilhão e meio de cruzeiros nas Universidades Estaduais do interior, se os alunos têm que pagar altas mensalidades. Mensalidades escorxantes para poderem ter o seu diploma.

Mas concluo dizendo, Sr. Presidente, que o professor sabe mais do que nunca, de que a luta é árdua, é difícil. Mas aqui quero deixar uma frase para sintetizar isto tudo, dizendo que lutar sem dificuldades é triunfar sem glórias. E sei que o professor irá triunfar, apesar de todas as dificuldades. E tenho certeza que até a grande assembleia de Maringá, na próxima segunda-feira, o caminho será encontrado.

Agradeço, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. NELSON BUFFAFA — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

A Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do seu horário.

Ausente, consulta a Liderança do Partido Popular. Com a palavra, o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Brasil é o país dos paradoxos. Vivemos uma situação surrealista, que nem Kafka, tão imaginativo, poderia ter concebido.

Os membros do Governo não se entendem entre si, e cada ministro contradiz outro, num descompasso que preocupa e que causa temor. Medidas oficiais são tomadas, com visível e injusta discriminação a populações de regiões distintas. O caos administrativo impera em todos os setores.

Tomemos como exemplo, o caso do feijão.

Ninguém poderia imaginar que chegaria o dia, no Brasil, de vir a faltar na mesa do pobre, o prato tradicional. Continuamos a ser considerados um país essencialmente agrícola, mas temos que importar feijão da Argentina e do México, batatinha da Holanda, trigo da Argentina, dos Estados Unidos e do Canadá, leite em pó dos Estados Unidos, arroz das Filipinas e assim por diante. Com a nossa agricultura de exportação, defendemos os interesses das multinacionais e esquecemos quase de todo, agricultura de subsistência, que nos garanta abundância de alimentos.

A propaganda dirigida levou o lavrador ao plantio da soja, do milho, do café, do algodão, etc., de colocação segura no mercado internacional, mas a carne se tornou figura mítica, por haver desaparecido de vez, como desapareceram os alimentos comuns, dentre os quais o feijão.

As donas de casa vivem época de desespero. Não encon-

tram o que comer nas mercearias e nos supermercados. O feijão, por exemplo, é encontrado em Curitiba a 130 cruzeiros o quilo, quando o encontra. Paira a ameaça de que, dentro em pouco tempo, o preço dessa faseolácea alcançará a casa dos 200 cruzeiros.

Quem, da classe média baixa e da classe operária, terá condições de comer feijão, ao preço em que está? Ninguém, a não ser em ocasiões excepcionais, muito solenes para cada família.

Chegam-nos entretanto, informações de que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o Governo está vendendo feijão diretamente ao povo, ao preço de 25 cruzeiros o quilo. A notícia é de estarrecer, em razão da enorme diferença entre o que se paga no Rio e o que se está pagando em Curitiba. Que proteção é essa para o carioca, e que discriminação é essa contra os paranaenses em geral?

Sabemos que o feijão de 25 cruzeiros é importado. O governo está subsidiando a diferença entre esse preço e o custo real. Procede desta maneira para evitar que os maiores centros do País, como Rio e São Paulo, entrem em grave convulsão, pela falta do alimento a que todos os brasileiros estão acostumados. Se o carioca e o paulista sentem fome, não o sentem menos os paranaenses.

Ato de justiça será a distribuição equitativa do volume de feijão, importado por todo o País, a fim de que todo o povo seja beneficiado, seja pela existência do produto, seja pelo preço mais baixo em que está sendo oferecido. Não distribuí-lo equitativamente, é fazer discriminação, é marginalizar a quase totalidade do povo brasileiro, em benefício de parcelas mais reduzidas.

Temos a SUNAB, com dispendioso corpo de pessoal. Por que existe, se não funciona na hora do aperto? Aja a SUNAB em favor dos paranaenses e mostre que tem alguma utilidade na vida.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte?

Rapidamente quero parabenizá-lo, pelo pronunciamento bem a propósito, feito hoje, e lembrando que quando era garotinho, e não faz muito tempo, a gente dizia: "Isso aí é carne de vaca", porque era comum a carne de vaca estava sendo usada no linguajar do dia-a-dia, porque era realmente comum e estava na mesa de todos.

A carne se foi, e a expressão também, porque não justificava. O mesmo acontece com o feijão. Todo mundo dizia: "Olhe, você está convidado a ir até minha casa. Põe um pouquinho mais de água no feijão".

Hoje, já não dá mais, porque na realidade, não existe o feijão na mesa do trabalhador, e este pronunciamento vem muito bem a propósito, e coloca bem o que é feito por um Governo que não se preocupa com o seu povo.

Muito agradecido.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem) Gostaria que Vossa

Excelência reconsiderasse o despacho exarado ao requerimento formulado pelo Deputado Erondy Silvério, já que não há contestação de nenhuma das Lideranças, para que Vossa Excelência permita que eu use do horário reservado à Liderança do PDS, a fim de que faça algumas colocações ao discurso proferido pelo Deputado Nestor Baptista.

Queria que Vossa Excelência consultasse as Lideranças e,

em caso afirmativo, me concedesse, não entendendo — e tomara Vossa Excelência não entenda — que seja um precedente, mas sim, uma acomodação dentro do horário que é reservado às Lideranças, já que ninguém falou no horário da Liderança do PDS, Vossa Excelência facultar-me-ia essa possibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Esta Presidência suspende a sessão por 5 minutos.
(É suspensão a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está reaberta a sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 170/80, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro Karlos Rischbieter. —

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 170/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro KARLOS RISCHBIETER.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1.980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nosso voto contrário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 48/80, que denomina de Professor Valdevino Lopes, a Unidade Escolar de 1.º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 48/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada Escola Professor VALDEVINO LOPES, a Unidade Escolar de 1.º Grau, implantada no conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 86/80, que autoriza o Poder Executivo denominar “Arnaldo Faivro Busato”, o Posto Estadual de Saúde da cidade de Paranavaí. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 86/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominado “ARNALDO FAIVRO BUSATO”, o Posto de Saúde da sede do Município de Paranavaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 103/70, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Felipe Tiago Gomes. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 103/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a FELIPE TIAGO GOMES.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 110/80, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Aléssio Vaz Primo. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 110/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ALÉSSIO VAZ PRIMO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 14 de outubro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo empenho junto aos setores econômicos do País, no sentido de que o PROAGRO proceda o ressarcimento dos prejuízos advindos com a quebra do feijão no Município de Ubitatã. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Educação, enfatizando a necessidade da execução de reforma no prédio escolar na localidade de “Amora Preta”, no Município de Ibiti. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Senado Federal, e da Câmara dos Deputados, bem como aos representantes do Paraná nas referidas Casas de Leis, manifestando a solidariedade desta Casa, na ação reparadora quando da aprovação do projeto de lei que pretende modificar o parágrafo único do Art. 57, da Lei nº 3807/60. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

expediente ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informações, com respeito ao comportamento dos índices de arrecadação — Aprovado.

com a seguinte

ORDEM DO DIA:

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental,

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 181/79 e de Resolução n.ºs 40 e 47/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 48, 52, 53, 54 e 55/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/80 — Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 81/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 22, 84, 102 e 133/80
Levanta-se a Sessão.